

CURRICULARIZAR A EXTENSÃO: RESSIGNIFICAR O LEGADO DO PERSONAGEM ZÉ GOTINHA PERANTE O ANTICIENTIFICISMO

Resumo

Este artigo examina a proposta de curricularização de um dos pilares do tripé educacional: a extensão. Ao lado do ensino, da pesquisa e à luz da resolução de número 7 do MEC, de 18 de dezembro de 2018, ilumina-se o legado didático de um *corpus* específico: as campanhas de vacinação, simbolizadas pelo personagem Zé Gotinha, diante do negacionismo científico do período pandêmico da Covid-19. Projetam-se cenários futuros, com base em pesquisa bibliográfica, em que a extensão poderá contribuir para a superação do anti científicismo em voga, pela razão de haver possibilidades para atividade síncrona e assíncrona de forma híbrida, oportunizando-se o acesso a informações com base na ciência. O pressuposto com o qual se trabalha é o de que a desinformação, ora corrente, deve ser combatida de forma precípua pela educação, não se descartando o incentivo a procedimentos já consolidados pela mídia, por exemplo: as investigações do chamado *Fact-Check In*.

Palavras-chave: Extensão; Currículo; Anticcientificismo; Desinformação.

ISSN Eletrônico

2236-5842

Vol. 12 | N° 15

Jul-Dez | 2023

José Ferreira Junior (Autor)

Vínculo Institucional: UNIVERSIDADE
FEDERAL DO MARANHÃO

Melissa Silva Moreira Rabelo (Autora)

Vínculo Institucional: UNIVERSIDADE
FEDERAL DO MARANHÃO

Alexsandra Jácome C. G. Torres (Autora)

Vínculo Institucional: UNIVERSIDADE
FEDERAL DO MARANHÃO

Submetido em MAR/2023

Revisado em MAIO/2023

Aceito em JUL/2023

Publicado em OUT/2023

INTRODUÇÃO

Uma notícia, divulgada pelos principais veículos de comunicação do país e recebida com alguma surpresa, mas sem causar maiores comoções, foi a de que há um franco retrocesso na mobilização para o Brasil prosseguir com um sistema vacinal em sua plenitude. O portal G1, em 29 de setembro de 2022, estampou esta chamada: *Brasil vacinou apenas 54% das crianças contra a poliomielite*. Na própria reportagem acerca da queda na vacinação contra a doença conhecida também como *paralisia infantil*, há os indícios do motivo que causou espécie ao público leitor. Trata-se do fato de o país ter alcançado a certificação internacional por ter erradicado a doença em 1994, estando hoje muito longe do ideal de 95% de crianças vacinadas, conforme estimativas das autoridades sanitárias.

A informação aciona, mesmo que de modo nostálgico, a memória afetiva de várias gerações no Brasil, as quais conviveram com o personagem Zé Gotinha, célebre por trabalhar, no imaginário infantil desde os anos 1980, a importância da vacinação contra a poliomielite e outras doenças. Zé Gotinha ainda atua com frequência nas campanhas vacinais, sobretudo agora com a retomada de sua presença em momentos com cobertura midiática em 2023. Todavia, a ideia didática de seus criadores e os esforços sanitaristas de órgãos ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS) enfrentam uma onda negacionista, sem precedentes. Talvez se possa fazer uma correspondência, palidamente, com a revolta contra a vacina obrigatória, no combate à varíola, do início do século XX, já fartamente documentada e estudada (SEVCENKO, 2003).

A problematização que se coloca, para o universo acadêmico, é como obstruir as forças do negacionismo científico de modo mais profundo, para além de retrucar as chamadas *Fake News*, (narrativas em formato de estórias, boatos e rumores sempre com propósitos ludibriadores para atender a interesses inconfessos), exercício operacionalmente já realizado pela mídia, o já bastante conhecido sistema de *Fact-Checkin*. Trata-se de um método jornalístico para confrontar narrativas ancoradas em dados e fatos, orientando o leitor no sentido da busca pela veracidade do que é divulgado pelos veículos de comunicação, muito embora seja algo com limitações, como é apontado por especialista em estudos midiáticos (ALBUQUERQUE, 2021). No escopo deste artigo, tem-se, na condição de pressuposto, o ponto de vista de que cabe à educação o maior papel no combate à desinformação e ao anticientificismo.

É alentador, por conseguinte, a implementação do que preconiza a Resolução de número 7 do MEC, de 18 de dezembro de 2018, em razão de ela abrir uma janela de oportunidades para que se administrem as variadas maneiras pelas quais todos os ramos do conhecimento poderão

empreender diálogo com a comunidade, de modo curricularizado. Isso no intuito do fomento à ratificação da importância do domínio conceitual científico, mas não menosprezando os saberes advindos da vivência do mundo comunitário.

A intenção é ligar o contexto pouco amistoso ao conhecimento propalado pela ciência, na atualidade, ao trabalho historicamente sólido e construído ao longo de décadas acerca da importância da vacinação, não somente infantil (Zé Gotinha é um ícone nacional), mas em toda e qualquer faixa etária, verdadeiramente um avanço civilizatório no Brasil, cenário contemporâneo ao período de redemocratização brasileiro e de consolidação de direitos constitucionais, incluso o acesso à educação básica, na temporalidade do final do século XX e início do século XXI.

É importante ressaltar que o período pandêmico, ainda inconcluso, levou a experimentações, antes pontualmente executadas, de práticas híbridas de ensino e, até em alguns casos, de pesquisa. O estoque de informações, gerado neste momento, faz com que se acumule quantitativamente formas de conhecimento as quais, com filtros adequados, podem ser levadas a práticas de extensão em diálogo com a rotina do ensino.

Entende-se, de maneira prudente, que existem áreas com maior poder de aderências a procedimentos extensionistas; e, outras, com maior desafio pela frente para esse trabalho de “traduzir” enunciados e práticas emanados do saber vindo das ciências.

HISTÓRICO DA IMUNIZAÇÃO EM DIÁLOGO COM A LITERATURA CONTRA A DESINFORMAÇÃO

O Brasil, ao longo do século XX, tornou-se referência internacional em política pública de saúde – se não pela qualidade dos serviços ofertados, por sua amplitude e universalidade. Nesse âmbito, o Programa Nacional de Imunizações (PNI), criado em 1973, representou considerável avanço, tornando o país um dos primeiros no mundo a oferecer um rol variado de imunobiológicos e a incorporar ao Sistema Único de Saúde (SUS) um calendário vacinal com cobertura universal.

Desde que foi criado, o PNI busca cobrir toda a população brasileira, por meio da oferta das vacinas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Contudo, a oscilação sazonal nos índices de cobertura vacinal implicou resultados díspares na erradicação de patologias. Até o início da década de 1980, a jovialidade do Programa e a inexistência de hábitos de imunização geravam resistências em parte da população, por desconhecimento ou

medo do processo vacinal.

Em busca de contornar parte desse imbróglio, o governo federal, por meio do Ministério da Saúde, lançou mão de amplas campanhas de comunicação; entre as estratégias adotadas, merece especial atenção a criação do personagem Zé Gotinha, como já mencionado com forte apelo entre o público infantil – e vinculação afetiva junto a seus familiares.

O personagem gerou engajamento desde que fora criado, tendo seu nome escolhido em uma campanha nacional com estudantes, o que despertou a simpatia e a confiança dos brasileiros. A ação popularizou o Zé Gotinha (criação do artista plástico Darlan Rosa, durante o governo de José Sarney na presidência da República, segunda metade da década de 1980), e, já na estreia da campanha publicitária em que ele foi usado como garoto-propaganda (contra a poliomielite), o desenho foi muito bem-sucedido, transformando o boneco em símbolo do PNI, um marco da vacinação no Brasil.

Figura 1: Imagem do processo de erradicação da poliomielite no Brasil (1986-1990)



Fonte: Ministério da Saúde

Cabe destacar que, em virtude das diversidades étnicas, geográficas e regionais brasileiras, Zé Gotinha foi também customizado localmente, associando-se aos elementos socioculturais de diferentes locais do Brasil. A imagem a seguir exhibe um exemplo de campanha do governo do Estado do Ceará, em que o personagem veste um chapéu de couro, símbolo da cultura daquele estado.

Figura 2: Zé Gotinha customizado em campanha regional no Ceará.



Fonte: Governo do Ceará

O PNI proporcionou ao país a erradicação de uma série de doenças endêmicas, como a poliomielite e o sarampo. Todavia, nos últimos anos, sua eficácia tem sido colocada em xeque, em decorrência do fortalecimento de movimentos anti vacinas, existentes desde o século XIX, mas recentemente apontados, pela Organização Mundial da Saúde, como uma das 10 maiores ameaças à saúde global desde o ano de 2019, trazendo alerta a profissionais da saúde de todas as partes.

No quadro a seguir, alimentado com dados do departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS), percebe-se a grande variação na cobertura vacinal brasileira, com destaque para as reduções nos anos de 2019 e 2020 – este último, sob alguma influência do distanciamento social obrigatório, em virtude da pandemia do novo coronavírus.

Figura 3: Cobertura vacinal no Brasil, entre 2015 e 2020.

Vacinação e pandemia - CGPN

Coberturas vacinais, por tipo de vacina e grupo alvo. Brasil, 2015- 2020

Tipo de vacina	2015	2016	2017	2018	2019	2020
BCG	105,08	95,55	97,98	99,72	86,23	63,88
Hepatite B ≤30 dias	90,93	81,75	85,88	88,40	78,27	54,27
Rotavírus Humano	95,35	88,98	85,12	91,33	84,93	68,46
Meningococo C	98,19	91,68	87,44	88,49	86,90	68,67
Penta	96,30	89,27	84,24	88,49	70,49	66,43
Pneumocócica	94,23	95,00	92,15	95,25	88,59	71,94
Poliomielite	98,29	84,43	84,74	89,54	83,74	65,57
Febre Amarela	46,31	44,59	47,37	59,50	62,09	50,11
Hepatite A	97,07	71,58	78,94	82,69	84,61	65,24
Pneumocócica(1ª ref)	88,35	84,10	76,31	81,99	83,17	63,13
Meningococo C (1ª ref)	87,85	93,86	78,56	80,22	85,39	67,39
Poliomielite(1ª ref)	84,52	74,36	73,57	72,83	74,31	58,61
DTP (1ª ref)	85,78	64,28	72,40	73,27	56,96	69,67
Tríplice Viral D1	96,07	95,41	86,24	92,61	92,65	70,64
Tríplice Viral D2	79,94	76,71	72,94	76,89	81,12	55,77
dTpa gestante	44,97	33,81	42,40	60,23	63,23	41,70

Fonte: <http://vni.datasus.gov.br>, atualizados em 02/10/2020

Fonte: DATASUS, MS

Os argumentos do tipo antivacina tiveram diversas configurações; e, paradoxalmente, são decorrentes do êxito do PNI. Trata-se de tentar apagar o bom sucesso de décadas sem alto grau de contágio de enfermidades “ditas” tropicais – mormente transmitidas no contato com pessoas infectadas e/ou por meio de agentes transmissores intermediários, como mosquitos. Cristalizou-se a ideia de que essas doenças não mais representavam uma ameaça e, conseqüentemente, a importância da imunização teve menor adesão (ZORZETTO, 2018). Hoje,

o Brasil já se depara com novos casos de doenças anteriormente erradicadas, a exemplo do sarampo.

Esse cenário tem um agravante que, historicamente, foi construído: a negação do conhecimento científico. O enfrentamento ao negacionismo começou antes mesmo de a pandemia da Covid-19 chegar ao Brasil. O anticientificismo, largamente praticado por agentes governamentais, no período 2019 a 2022, e por núcleos de apoio emanados sobretudo das redes sociais, ensejou uma reação de segmentos acadêmicos, os quais começaram a se debruçar sobre temas recorrentes aos negacionistas, como é o caso da corrente terraplanista, um “subsistema do negacionismo”. Em estudo publicado ainda no ano de 2019, Albuquerque e Quinan alertavam para uma certa negligência quanto ao tratamento dado às teorias da conspiração, porque elas devem, na instância de suas consequências, ser levadas a sério. Apontam para o cerne do problema:

Elas são produto de um problema mais profundo: uma crise epistemológica que resulta da relação problemática dos indivíduos com as instituições modernas, que dá lugar ao crescimento da pseudociência e do extremismo religioso. Enquanto o enfraquecimento das instituições modernas merece atenção, novas tecnologias de comunicação também podem favorecer estes fenômenos. Para além da concepção tradicional da divulgação científica, que toma o status de ciência como um dado, e apenas busca maneiras de fazer com que ela atinja o público leigo, é necessário enfrentar o desafio apresentado por discursos que desafiam a autoridade científica (ALBUQUERQUE, QUINAN, 2019, p. 102).

A reflexão acima aborda um processo de crescimento do negacionismo na ciência, no caso em tela pelos autores, é o canal no YouTube “Professor Terra Plana”, veículo que engendra argumentações estapafúrdias, negando séculos de pesquisa e de comprovações científicas, sobretudo, na física. Ou seja, o ato de negar um enunciado da ciência está em sintonia com uma onda que remete à negação de qualquer postulado científico. Com facilidade, deduz-se que a atual aversão às vacinas é somente um aspecto dessa propagação de ideias anti científicas, estreitamente vinculadas a chamadas “teorias da conspiração”.

Morel explicita o problema:

Os negacionismos são diversos e heterogêneos, formando um fenômeno complexo. Ainda assim, eles se articulam. O negacionismo do racismo, por exemplo, está articulado ao negacionismo histórico nos movimentos recentes de negacionismo da escravidão brasileira. O negacionismo da pandemia, por sua vez, está articulado ao negacionismo científico: quem nega a gravidade da Covid-19 parte, muitas vezes, da negação dos discursos científicos. Sem perder de vista as especificidades do negacionismo da pandemia no Brasil, é importante situá-lo também dentro de um movimento mais amplo (MOREL, 2021, p. 2-3).

A autora sinaliza para estratégias capazes de reverter as práticas negacionistas de modo mais abrangente, tendo por base a educação.

Há algo do conhecimento da população que deve fazer parte do trabalho educativo em saúde e vice-versa. Esse ‘algo’ pode ser inclusive conhecer e problematizar o modo como se disseminam os discursos negacionistas atuais e criar estratégias que articulem conflito e diálogo para transformá-los. Por isso, dar sentido ao debate político, desfazer confusões, nomeando concretamente os movimentos e palavras, buscando ‘pronunciar’ o mundo, nos parecem desafios fundamentais (MOREL, 2021, p. 9).

Morel aposta na perspectiva do diálogo no qual há espaço para intervenções não verticais e não normativas.

Discutir sobre as concepções educativas em jogo nesse processo, buscando fortalecer a educação popular em saúde, reconhecendo seus novos desafios e contribuições para o momento atual, é outro ponto que merece ser aprofundado. Tal perspectiva nos permite também aprender com os movimentos sociais que produzem ações-reflexões coletivas tão importantes. Quando o negacionismo acentua a ausência de um mundo compartilhado, o diálogo é fundamental. (MOREL, 2021, p. 12).

A questão central, num olhar mais acurado, se reporta à horizontalidade do diálogo, capturada pela argumentação de Morel, categoria presente há tempos no escopo dos pensadores que se debruçam sobre o tema da importância dialogal, a exemplo de Jesús Martín-Barbero:

A textura dialógica se encontra tanto na textura do símbolo como na constituição da subjetividade: o eu só se torna real na reciprocidade da interlocução. Dialogar é arriscar uma palavra ao encontro não de uma ressonância, de um eco de si mesma, mas sim de outra palavra, da resposta de um outro. Daí que para fazer uma pergunta necessito assumir um pronome (*eu*) ao qual responde um outro (*tu*) e conformar o *nós* que faz possível a comunicação. [...] É na comunicação que os homens assumem suas palavras fazendo implodir, ao mesmo tempo, o círculo da totalidade totalitária e o da consciência solipsista. Dialogar é descobrir na trama de nosso próprio ser a presença dos laços sociais que nos sustentam. É lançar as bases para uma posse coletiva, comunitária, do mundo. (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 33).

É perceptível que os agentes midiáticos direcionam as falas para as autoridades sanitárias (e autoridades de modo geral), verticalizando a interlocução. Dessa maneira, exclui-se a possibilidade de diálogo, na perspectiva de Jesús Martín-Barbero. Acontece, ainda, de quase monopolizar o papel do especialista, predominantemente um profissional da área de saúde. Essa atitude naturaliza o viés normativo da autoridade sanitária. Sem dúvida, é uma voz com densidade cognitiva, fator incessantemente ratificado no ambiente de combate à pandemia, tendo portanto grande importância. Todavia, não deve ser uma voz exclusiva.

A EXTENSÃO E A TRANSVERSALIDADE DO DEBATE SOBRE A CIÊNCIA

Em meio ao debate que se desenvolve há pelo menos uma década, encontra-se uma decisão governamental do Ministério da Educação (2018). Trata-se da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Educação, de 18 de dezembro de 2018. É importante atentar para dois

artigos da resolução, nos quais se vislumbra a possibilidade de haver, de modo efetivo, um debate qualificado e interdisciplinar, em que atores de dentro e de fora do ambiente acadêmico possam interagir, circulando a informação científica, a qual servirá de insumo multiplicador para a produção do conhecimento com base na ciência e na tecnologia:

Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos; Art. 5º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

A normativa de curricularização da extensão vai ao encontro de uma ideia já consolidada entre especialistas que defendem, há bastante tempo, o princípio da interdisciplinaridade na posição de estratégia para inovações no plano pedagógico, a exemplo de Marcos Masetto: “Já não é mais suficiente para a universidade e para a formação de profissionais conhecimentos disciplinares, congelados, estabelecidos em disciplinas fechadas, estanques” (MASSETTO, 2017, p. 208).

Para o pesquisador e docente, a viabilidade da prática interdisciplinar está ancorada na revolução das áreas informacional e comunicacional, pensamento compartilhado por outros pesquisadores (Dowbor é um exemplo recorrente) da área de economia e de administração, sobretudo quando se coloca no horizonte a realização efetiva de uma sociedade do conhecimento, cujo alicerce é a facilitação para que todos os indivíduos estejam conectados ao saber, especialmente aqueles de natureza científica:

O desafio da democratização da economia adquire aqui uma dimensão interessante, pois o acesso ao conhecimento, como novo fator de produção, pode tornar-se um vetor privilegiado de inclusão produtiva da massa de excluídos. Como vimos, uma vez produzido, o conhecimento pode ser divulgado e multiplicado com custos extremamente limitados. Contrariamente ao caso dos bens físicos, quem repassa o conhecimento não o perde. O direito de acesso ao conhecimento torna-se, assim, um eixo central da democratização econômica das nossas sociedades (DOWBOR, 2010, p. 5).

Se a passagem de uma economia fabril para o patamar da economia do conhecimento é uma realidade, também se demonstra factível a importância de utilizar as ferramentas da

revolução tecnológica para democratizar o acesso à informação científica e combater a desinformação, de caráter absolutamente anticientífico, quadra cujo ápice se deu neste período da pandemia da Covid-19, mas que já pontuava, em diversas áreas do saber, bem antes deste momento mais agudo, algo já demonstrado acima.

A estudiosa de mudanças no panorama midiático, Lucia Santaella, reforça a perspectiva de entrelaçamento entre comunicação, ciência/conhecimento e atividade econômica. Articula uma argumentação que dialoga com Dowbor em razão de a pesquisadora identificar, no ponto de vista adotado por essa corrente de pensamento, vigor e atualidade. Trata-se, segundo ela, de “uma visão mais alargada do modo de produção atual que, para ele, transforma a base produtiva da sociedade, por ter, na tecnologia, seu principal fator de produção e, na sua base, o conhecimento e a conectividade” (SANTAELLA, 2021, p. 168).

Nesse contexto, apresentam-se de modo oportuno os esforços no sentido de colocar em pleno vigor a Resolução do MEC, supracitada. No presente momento, já estão espelhados, na experiência docente, o ensino remoto e o híbrido. Foram instrumentos para a continuidade da atividade do magistério, na fase mais intensa da pandemia, mesmo se forem levadas em conta as restrições para o acesso às aulas de um número, significativamente, expressivo de discentes.

REGULAMENTAR O NOVO ENQUADRAMENTO E A IMPORTÂNCIA DO EMBATE MIDIÁTICO

A autoria, deste artigo, escolheu o marco regulatório da instituição na qual tem vínculo acadêmico, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), para observar aspectos atinentes à normatização acerca do ato de curricularizar as atividades de extensão, compreendendo-o como esforço coletivo no sentido de transversalizar as maneiras pelas quais são ofertados acessos ao conhecimento e disponibilizados espaços intramuros e extramuros da universidade, razão pela qual foram escolhidos direcionamentos mais marcantes e sinalizadores de efeito profícuo em prazo adequado às metas propostas.

É relevante citar, primeiramente, a normativa definidora da atividade, colocada no artigo 2º da Resolução número 2.503 – CONSEPE, de 1º de abril de 2022:

Para fins de curricularização, a Extensão deverá ser inserida nos Projetos Pedagógicos dos cursos (PPCs), optando-se por uma das seguintes modalidades, a critério dos cursos de graduação:

I – Unidade Curricular de Extensão (UCE) é um componente curricular obrigatório, autônomo, constante da matriz curricular do curso de graduação, constituída de ações de extensão, ativas e devidamente cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC/UFMA), com áreas temáticas a ser definidas nos currículos dos cursos de

graduação; e

II – parte de componentes curriculares com destinação de carga horária de extensão definida no currículo.

Há de frisar-se que existe uma definição importante no âmbito da UFMA: 10 por cento da carga horária geral dos cursos devem comportar ações extensionistas; e, potencialmente, dimensionam-se capacidades adaptativas do corpo discente para performar em ambientes, tais como: programas, projetos, cursos/oficinas, evento e prestação de serviço.

Em qualquer dessas atividades, há espaço para o fluxo do conhecimento, gerado por meio de pesquisa pura e aplicada, reverberada na instância do ensino, cuja chegada à prática extensionista terá o acompanhamento da área de Comunicação Social (em forte parceria, por exemplo, com a área de Saúde da UFMA, sobretudo no ambiente de trabalho do Hospital Universitário), com seu conjunto de profissionais com densidade cognitiva, certa experiência empírica em trabalhar com diversos públicos; e, sobremaneira, com senso crítico para realizar a gestão do processo informativo e comunicacional, na esfera da relação academia-comunidade, razão de ser da iniciativa de curricularização da extensão.

O debate que se coloca, de agora em diante, contaminado por dúvidas, é acerca da capacidade laboral da instituição em face de restrições orçamentárias, além das dificuldades, iminentes ao pioneirismo, advindas de exercícios práticos de qualquer natureza. Todavia, o maior combate: enfrentar o cenário anticientificista do momento já não parece uma tarefa tão hercúlea porque, num olhar sem maiores detalhamentos, há sinais de certa exaustão das chamadas *Fake News*, tendo em vista que as narrativas cientificamente qualificadas e a própria verdade factual desmontam, gradativamente, discursos negacionistas, desidratados por falta de coerência com os fatos.

Em paralelo a esse cenário, nota-se uma imersão da comunidade acadêmica e científica em várias camadas da mídia digital, algo que pode vir a ser linha auxiliar à prática extensionista. Desenha-se, portanto, um embate no qual o discurso qualificado da ciência estará configurado pelo verbo, pela imagem e pelo som de modo compartilhado (SANTAELLA, 2018). O alcance do acesso poderá ser, também, largo e intenso, semelhante àquele disponível aos propulsores do negacionismo.

CONCLUSÃO

A resignificação do personagem de temporalidade passada, Zé Gotinha, na luta pela conquista de corações e mentes, diante de um quadro desafiador, pelo qual se passa no momento, leva a um mapeamento de estratégias de combate ao anti cientificismo.

No passado recente, Zé Gotinha encantava por atrair as crianças para o ambiente vacinal, proporcionando também a adesão lúdica dos pais. A realidade mudou nos últimos quatro anos: com a menor confiança e a menor aderência a protocolos científicos.

A Resolução número 7/2018 do MEC tem componentes que podem alavancar debates sobre a transversalidade do saber, gerado pela ciência. Pode proporcionar às Instituições de Ensino Superior (IES) caminhos para curricularização da extensão, ampliando-se a possibilidade de a educação ganhar maior protagonismo no combate à desinformação.

Cabe à mídia, sobretudo à digital, um papel de aliado em certas ocasiões neste enfrentamento entre as luzes da ciência e as trevas do negacionismo, algo preocupante em todas as esferas da correia de transmissão do conhecimento.

Criações de forte apelo simbólico, a exemplo de Zé Gotinha, podem ser ressignificadas, com ramificações interdisciplinares, juntando-se áreas do conhecimento num propósito de horizontalizar os exercícios para a aquisição e a troca de saberes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Afonso de; QUINAN, Rodrigo. Crise epistemológica e teorias da conspiração: o discurso anti-ciência do canal “professor terra plana”. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 13, n. 3, 2019. Disponível: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/38088/22345>. Acesso em: 16 jul. 2021.

ALBUQUERQUE, Afonso. As fake news e o ministério da verdade corporativa. **Revista Eptic**. 2021. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/14670/11591>. Acesso em: 6 dez. 2022.

BRASIL. Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Educação, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de dezembro de 2018.

DOWBOR, Ladislau. A educação frente à economia do conhecimento. **Comciência**, n. 119 Campinas, 2010.

G1. **Brasil vacinou apenas 54% das crianças contra a poliomielite**. Rio de Janeiro, 29 set. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2022/09/29/brasil-vacinou-apenas-54percent-das-criancas-contra-a-poliomielite-campanha-termina-na-sexta.ghtml>. Acesso em: 5 dez. 2022.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. Tradução de Maria Immacolata Vassallo de Lopes e Dafne Melo. São Paulo: Contexto, 2014.

MASSETTO, Marcos Tarcísio; NONATO, Bréscia; MEDEIROS, Zulmira. Inovação curricular no ensino superior: entrevista com Marcos Tarcísio Masseto. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p; 203-210, jan./jun. 2017.

MOREL, Ana Paula Massadar. Negacionismo da Covid-19 e educação popular em saúde: para além da necropolítica. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/pnVbDRJBcdHy5K6NSc4X65f/>. Acesso em: 5 ago. 2021.

SANTAELLA, Lúcia. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** São Paulo: Estação de letras de cores, 2018.

SANTAELLA, Lúcia. **Humanos hiper-híbridos: linguagens e cultura na segunda era da internet**. São Paulo: Paulus, 2021.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Manual de Curricularização da Extensão na UFMA**. 2022. Disponível em: <https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proec/paginas/noticias/noticia.jsf?id=59124> Acesso em: 13 dez. 2022.

ZORZETTO, Ricardo. As razões da queda na vacinação. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, ed. 270, ago., 2018. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/as-razoes-da-queda-na-vacinacao/> Acesso em: 7 dez. 2022.